

MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

MS 108/B – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (IC) Turma B (IUM/GNR)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Frederico da Costa Pinto (6 horas); Professor Doutor André Ventura (2 horas); Professor Doutor José Manuel Anes (6 horas)

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 1.º

Horas de contacto: 14

Contacto do docente: FCostaPinto@fd.unl.pt

Horário: a definir com o IUM

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

A disciplina de Investigação Criminal visa proporcionar aos estudantes o conhecimento da atividade da investigação criminal como tarefa fundamental para a imputação de responsabilidade e para a aplicação prática do Direito Penal, fazendo-o não apenas numa lógica normativa de explicitar as regras que conduzem essa actividade (aspecto essencial de que depende a legalidade do processo), mas também considerando as técnicas e meios existentes para a levar a cabo de um modo eficaz.

3 – PROGRAMA

1. **Estado Constitucional e Justiça Penal** (2 horas: *André Ventura*)
 - a. Estado constitucional e separação de poderes
 - b. Os Tribunais e o Ministério Público
 - c. A investigação criminal e o modelo constitucional de justiça
 - d. Órgãos de polícia criminal: conceito, estatuto e função
 - e. A articulação entre o MP, o JIC e os OPC na investigação criminal

2. **As fases do processo penal e o segredo de justiça** (2 horas: *Frederico da Costa Pinto*)
 - a. A estrutura acusatória e o modelo constitucional de processo penal
 - b. O segredo de justiça: conteúdo e significado
 - c. O modelo misto de processo e o regime do segredo de justiça
 - d. Segredo de justiça, investigação e prazos
 - e. Desenvolvimentos judiciais sobre questões controvertidas

3. **Criminalidade organizada e investigação criminal** (2 horas: *José Manuel Anes*)
 - a. Caracterização da criminalidade organizada
 - b. Respostas nacionais e internacionais aos fenómenos do crime organizado
 - c. Desafios e problemas da investigação na criminalidade organizada
 - d. Informadores, denunciante e infiltrados nas organizações criminosas

4. **Polícia Científica, Criminalística e Medicina Legal** (4 horas: *José Manuel Anes*)
 - a. Órgãos de polícia criminal e polícia científica.
 - b. Princípios fundamentais da criminalística
 - c. Técnicas de criminalista e investigação criminal
 - d. Provas periciais e investigação criminal

5. **Legalidade e provas proibidas em processo penal** (4 horas: *Frederico da Costa Pinto*)
 - a. A essencialidade das provas e a tramitação do processo
 - b. Liberdade e legalidade da prova em processo penal
 - c. Meios de prova e meios de obtenção da prova
 - d. Limites constitucionais ao regime da prova
 - e. Provas proibidas: conceito e modalidades
 - f. Regime e efeitos das provas proibidas

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 1ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- André Ventura, “A Vítima e o Processo Penal: subsídios para uma compreensão jurídico – dogmática”, in *Revista de Direito Público*, Ano III, nº 5, Jan. 2011; Analysis on different models of criminal justice systems – a new scientific perspective” (com Raul Soares da Veiga), in *Revista de Ciências Jurídicas e Económicas*, pp. 212 – 217, 2011.
- Dias Cordeiro, *Psiquiatria Forense*, Lisboa, 2003
- Frederico da Costa Pinto, *Direito Processual Penal*, Lisboa, 1998; «Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa», in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 1041-1088
- Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português*, vol. I, Lisboa: UCE, 2017; *Curso de Processo Penal*, Vol. II, 5ª ed., Verbo, Lisboa: Verbo, 2011; *Direito Processual Penal Português*, Vol. III, Lisboa: UCE, 2014
- João Cura Mariano, *Curso da Organização Judicial*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, II, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2016
- Jorge de Figueiredo Dias, *Direito Processual Penal*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 1974
- José Braz, *Ciência, Tecnologia e Investigação Criminal*, Almedina, Coimbra, 2015
- Maria João Antunes, *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2017.
- Maria J. Pinheiro – *As Ciências Forenses e o Sistema de Justiça*, Pactor/Lidel, 2013.
- Marianne F.H. Hirsch Ballin - *Anticipative Criminal Investigation: Theory and Counterterrorism Practice in the Netherlands and the United States*, Springer ed. (2012)
- Michel Foucault, *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*, Edições 70, Lisboa, 2013
- Paulo de Sousa Mendes – *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013 (reimpressão 2015)
- Pedro Polónio, *Psiquiatria Forense*, Lisboa, 1975

Stefano Ruggeri, *Liberty and Security in Europe: A Comparative Analysis of Pre-trial Precautionary Measures in Criminal Proceedings*, V&R unipress GmbH (2012)

Teresa Pizarro Beleza/Frederico de Lacerda da Costa Pinto (coord.), *Prova criminal e direito de defesa*, Coimbra: Almedina, 2010 (7.^a reimpressão 2017); «Criminal Procedure» in AAVV, *Portuguese Law. An Overview*, Coimbra: Almedina, 2007, p. 167-180; «Segredo de justiça» e «Provas proibidas» e «Segredo de Justiça», in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (org. Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Coimbra: Almedina, 2015 p. 349- 353, p. 378-383.

6 – LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa

Código Penal

Código de Processo Penal

Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, com as alterações da Lei n.º 57/2015)

Regime Jurídico das Perícias Médico-legais e Forenses (Lei nº 45/2004, de 19 de Agosto)

Regime Jurídico das acções encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25 de Agosto)

Medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira (Lei n.º 36/94 de 29 de setembro)

Brigadas anti-crime e unidades mistas de coordenação (Dec.-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril)

Bases de dados de perfis de ADN (Lei 5/2008, de 12 de Fevereiro, com as alterações da Lei n.º 90/2017)

Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro)

7 – JURISPRUDÊNCIA

A indicar em cada tema.